

## ATO Nº 588

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999, e tendo em vista o contido no Parecer nº 3161/2016-NAJ, exarado no Protocolo nº 20157/2016, decide

## APOSENTAR

POR INVALIDEZ PERMANENTE, a servidora DIRLENE MOREIRA VIEIRA, RG nº 126390475/PR, no cargo de Auxiliar Técnico, nível 22, com base no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c.c os artigos 45 e 48, § 1º, da Lei Estadual nº 12.398, de 30/12/1998, e na Emenda Constitucional nº 70 de 29/03/2012, com proventos integrais, calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, consistente no vencimento básico e adicional de 25% (vinte e cinco por cento) alusivo a cinco quinquênios no valor de R\$ 12.792,53 (doze mil, setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos), sobre o qual incidirão os descontos legais, constante da Informação nº 715/2016, da Divisão de Folha de Pagamento/ Departamento de Gestão de Pessoas do Ministério Público do Paraná.

Curitiba, 13 de outubro de 2016.

## IVONEI SFOGGIA

Procurador-Geral de Justiça

## ATO Nº 599

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999, e tendo em vista o contido no Parecer nº 3093/2016-NAJ, exarado no Protocolo nº 19880/2016, decide

## APOSENTAR

a pedido, por tempo de serviço/contribuição, a servidora MARIA LÚCIA TRINDADE DA CRUZ, RG nº 3.490.346-8/PR, no cargo de Contador, nível 19, na conformidade do artigo 3º e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, com proventos integrais, consistente no vencimento básico e adicional por tempo de serviço de 25% (vinte e cinco por cento), alusivos a cinco quinquênios, representado pelo valor de R\$ 22.637,16 (vinte e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e dezesseis centavos), sobre o qual incidirão os descontos legais, conforme dados constantes da Certidão nº 195, do Departamento de Gestão de Pessoas, e da Informação nº 712/2016, da Divisão de Folha de Pagamento, deste Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 18 de outubro de 2016.

## IVONEI SFOGGIA

Procurador-Geral de Justiça

96940/2016

## ATO 595

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o contido no artigo 124, inciso I, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e de acordo com o contido no Protocolo nº 21763/2016-MP/PR, resolve

## EXONERAR

a pedido, o servidor ROBERSON LUIZ BONDARUK, RG nº 2.055.275-1/PR, ocupante do cargo em comissão símbolo DAS-4 (vaga 2), do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a partir de 1º de outubro de 2016.

Curitiba, 14 de outubro de 2016.

## IVONEI SFOGGIA

Procurador-Geral de Justiça

## ATO 598

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o contido no artigo 124, inciso I, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e de acordo com o Protocolo nº 21855/2016, resolve

## EXONERAR

a pedido, o servidor RICARDO RAMOS TOSATO, RG nº 6523500-5/PR, ocupante do cargo efetivo de Auditor, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a partir de 21 de outubro de 2016.

Curitiba, 17 de outubro de 2016.

## IVONEI SFOGGIA

Procurador-Geral de Justiça

## ATO 600

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso II, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual 16595/2010 em seu § 2º do artigo 2º, e de acordo com o protocolo nº 21754/2015-MP/PR, resolve

## NOMEAR

CLAYTON DOMINGUES DE OLIVEIRA, RG nº 7266989-4/PR, em virtude de habilitação em Concurso Público, para exercer o cargo de Auditor do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 18 de outubro de 2016.

## IVONEI SFOGGIA

Procurador-Geral de Justiça

## ATO 610

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o contido no artigo 124, inciso II, alínea "a", da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e de acordo com o contido no Protocolo nº 22134/2016-MP/PR, resolve

## EXONERAR

o servidor PATRICK CORDEIRO SIQUEIRA, RG nº 10.662.162-4/PR, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça, símbolo DAS-5 (vaga 104), do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a partir de 20 de outubro de 2016.

Curitiba, 20 de outubro de 2016.

## IVONEI SFOGGIA

Procurador-Geral de Justiça

97011/2016

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Resolução 1819 de 11/04/2016, aplica a pena de **repreensão**, descrita no art. 293, II, da Lei Estadual 6174/70, às servidoras do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná: JULIANA DA SILVA HORTA, Assessora de Procuradoria, pela infringência aos preceitos dos arts. 279, II, VI e VIII da mesma lei; e LARIANA LUIZA NONCIBONE, Assessora Jurídica DAS-4 do, pela infringência aos preceitos dos arts. 279, II e VI do mesmo diploma. Curitiba, 7 de outubro de 2016.

96771/2016

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Resolução 1819, de 11/04/2016, decide pelo **ARQUIVAMENTO** do Processo Administrativo de Estágio Probatório 004/2016-CADE (Protocolo 18590/2016), instaurado contra Lucas Sidnei Carniel. Curitiba, 30 de setembro de 2016.

96831/2016